

Universidade
Estadual de
Goiás



ESTADO DE GOIÁS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG
COORDENAÇÃO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

RESOLUÇÃO CsU N. 1144, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023

Aprova a criação do curso de pós-graduação lato sensu que especifica.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (CsU/UEG), nos termos do art. 9º do Estatuto da UEG, aprovado pelo Decreto estadual n. 9.593, de 17 de janeiro de 2020, e no uso de suas atribuições legais, regimentais e estatutárias, e CONSIDERANDO:

1. a Resolução CsA n. 1.089, de 25 de março de 2019, que regulamenta os cursos de Pós-Graduação Lato Sensu da Universidade Estadual de Goiás;

2. a Resolução n. 010, de 07 de dezembro de 2023 (SEI nº 54541317), da Câmara de Pesquisa e Pós- Graduação da Universidade Estadual de Goiás (CPPG/UEG), que aprova a proposta de curso de pós- graduação *lato sensu* em Controle Interno Público;

3. o Processo SEI nº 202300020023720,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a proposta de criação do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Controle Interno Público, a ser ofertado em parceria entre a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e a Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE-GO), em atendimento à Resolução CsA n. 1.089, de 25 de março de 2019, que regulamenta os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* da Universidade Estadual de Goiás e dos cursos conveniados a esta Universidade, e em consonância com a Resolução n. 010, de 07 de dezembro de 2023 (SEI nº 54541317).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

160ª Sessão Plenária do Conselho Universitário da UEG, aos 13 dias do mês de dezembro de 2023

PROF. ANTONIO CRUVINEL BORGES NETO
Presidente do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Goiás



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CRUVINEL BORGES NETO, Reitor (a)**, em 14/12/2023, às 23:13, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **54583252** e o código CRC **C692A612**.



Referência: Processo nº 202300020023720



SEI 54583252

Formulário Versão 5.0

Curso: Controle Interno Público

Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Iporá

Coordenador
Douglas Santos Mezacasa

AUTOR DO PROJETO
Instituto Acadêmico de Ciências Sociais Aplicadas - IACSA

Ano
2023

FORMULÁRIO PARA CURSO *LATO SENSU*

1. APRESENTAÇÃO			
1.1. PARCEIRO CONVENIADO			
Instituto Acadêmico de Ciências Sociais Aplicadas e Controladoria Geral do Estado - CGE			
1.2. NOME DO CURSO		1.3. GRANDE ÁREA (CNPq)	
Controle Interno Público		6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas	
1.4. IDENTIFICAÇÃO DO(A) COORDENADOR(A) DO CURSO PROPOSTO			
1.4.1. NOME COMPLETO			
Douglas Santos Mezacasa			
1.4.2. ÚLTIMA TITULAÇÃO		1.4.3. GRANDE ÁREA (CNPq)	
Mestrado		6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas	
1.4.4. INSTITUIÇÃO, CIDADE, ESTADO, PAÍS			1.4.5. ANO
UEG, Goiânia, GO, Brasil			2023
1.4.6. ENDEREÇO COMPLETO PARA CORRESPONDÊNCIA			
BR 153 Quadra Área, Km 99 – Bloco II – Sala dos Institutos, Piso 1. CEP: 75132.903, Anápolis - Goiás.			
1.4.7. TELEFONE	1.4.8. TELEFONE RESIDENCIAL	1.4.9. TELEFONE CELULAR	1.4.10. E-MAIL
(43) 98421-3268	(43) 98421-3268	(43) 98421-3268	iacsa@ueg.br douglas.mezacasa@ueg.br
1.5. PÚBLICO-ALVO			
Servidores da CGE e do Estado de Goiás			
1.6. ÁREAS DE ATUAÇÃO APÓS A ESPECIALIZAÇÃO <i>LATO SENSU</i>			
Controladoria Geral do Estado e demais setores do serviço público			
1.7. MODALIDADE DA SELEÇÃO DOS CANDIDATOS			
Seleção por meio de formulário online, análise e aprovação pelo Instituto Acadêmico ao qual o coordenador está vinculado.			
1.8. PREVISÃO PARA INÍCIO DO	1.9. PREVISÃO PARA TÉRMINO DO	1.10. CARGA HORÁRIA TOTAL	

CURSO	CURSO	
02/2024	12/2024	435h
1.11. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE ALUNOS PARA O CURSO		
40 alunos		
1.12. LOCAL DE INSCRIÇÃO	1.13. NOME PARA CONTATO	1.14. TELEFONE PARA CONTATO
Plataforma Google Forms	Douglas Santos Mezacasa	(43) 98421-3268
1.15. LOCAL ONDE O CURSO SERÁ REALIZADO		
Online – Plataforma Moodle Capacitar com possíveis encontros presenciais em Goiânia (Hurb).		

2. OBJETIVOS
2.1. OBJETIVO GERAL
O objetivo geral desta Pós-graduação em Controle Interna Público no estado de Goiás é capacitar profissionais para atuar de forma eficiente e eficaz na gestão e controle de recursos públicos, utilizando técnicas de auditoria interna e boas práticas de governança, visando a promoção da transparência, da ética e da efetividade na gestão pública.
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS
<ul style="list-style-type: none"> ● Fornecer conhecimentos teóricos e práticos sobre auditoria interna, controle interno e externo, gestão de riscos, governança corporativa e responsabilidade fiscal, relacionados ao setor público; ● Desenvolver habilidades técnicas para realizar auditorias, avaliações de riscos e controles internos, com o objetivo de melhorar a eficiência e eficácia dos processos de gestão pública; ● Capacitar profissionais para a elaboração e análise de relatórios e pareceres técnicos que contribuam para a melhoria da gestão e do controle de recursos públicos; ● Desenvolver competências para a atuação em equipes multidisciplinares, visando a promoção da efetividade e eficiência da gestão pública; ● Promover a reflexão crítica sobre a importância da ética e da transparência na gestão e controle de recursos públicos, bem como sobre o papel da sociedade na fiscalização da gestão pública.

3. JUSTIFICATIVA
<p>A criação de uma pós-graduação em Controle Interno Público no estado de Goiás, proposta pela Universidade Estadual de Goiás – UEG em parceria com a Controladoria Geral do Estado - CGE, é uma iniciativa que se justifica plenamente em virtude da crescente importância e complexidade do papel desempenhado pelos órgãos de controle interno na administração pública. Esta justificativa aborda diversos aspectos que respaldam a necessidade e relevância desse programa de pós-graduação.</p> <p>Nos últimos anos, o cenário da administração pública tem passado por mudanças significativas, impulsionadas por fatores como a demanda por maior eficiência na gestão dos recursos públicos, o avanço tecnológico e a crescente exigência por transparência e <i>accountability</i>. Nesse contexto, a atuação da Controladoria Geral do Estado (CGE) se tornou ainda mais relevante na busca por uma gestão pública eficaz e responsável (PEREIRA; SILVA; ARAÚJO, 2014)</p> <p>A transparência na gestão pública é um pilar fundamental para o fortalecimento da democracia e o combate à corrupção. Uma pós-graduação voltada para o controle interno público capacitará os profissionais a atuarem na promoção da</p>

transparência e na responsabilização dos agentes públicos, contribuindo para a construção de uma administração mais ética e confiável (ARRECH, 2001).

A gestão de riscos é essencial para evitar desperdícios, fraudes e irregularidades na administração pública. Uma formação especializada em gestão de riscos permitirá à CGE e outros órgãos do estado identificar potenciais ameaças e implementar medidas preventivas, melhorando assim a gestão dos recursos públicos (SILVA, 2010).

A complexidade das atribuições dos órgãos de controle interno, como a CGE, requer profissionais altamente capacitados e especializados. A criação de uma pós-graduação em Controle Interno Público visa atender a essa demanda, proporcionando uma formação avançada em temas cruciais para o desempenho dessas funções.

A pós-graduação proposta irá abordar temas como planejamento estratégico, transparência e controle, e gestão de risco. O aprofundamento dessas áreas contribuirá para o desenvolvimento de práticas mais eficazes de controle interno, permitindo à CGE e outros órgãos do estado identificar e corrigir problemas de forma proativa.

A capacitação de profissionais/servidores em controle interno público (que se constitui o público alvo dessa pós-graduação) terá um impacto direto na eficiência da administração pública em Goiás, inclusive, para a Universidade Estadual de Goiás (UEG). Ao promover boas práticas de governança, a pós-graduação contribuirá para a alocação mais eficiente de recursos e para a melhoria dos serviços prestados à população.

A parceria entre a CGE e a UEG para oferecer essa pós-graduação demonstra o compromisso do estado de Goiás em fortalecer a atuação da Controladoria Geral do Estado. O programa contribuirá para a formação de uma equipe altamente qualificada, capaz de enfrentar os desafios complexos do controle interno.

Além da formação profissional, a pós-graduação promoverá a pesquisa e a inovação na área de controle interno público. Isso resultará na produção de conhecimento relevante que poderá ser aplicado na melhoria das práticas de controle interno em Goiás.

Em resumo, a criação de uma pós-graduação em Controle Interno Público no estado de Goiás, em parceria com a Controladoria Geral do Estado, é uma iniciativa estratégica que contribuirá para o fortalecimento das instituições públicas, a promoção da transparência e da responsabilização, a melhoria na gestão dos recursos públicos e a capacitação de profissionais altamente qualificados. Essa iniciativa está alinhada com as demandas atuais da administração pública e com a busca por uma gestão mais eficiente e ética.

4. METODOLOGIA

O percurso metodológico deste projeto buscará ordenar as atividades docentes e discentes em uma linha sequencial que facilitará a visualização do roteiro de atividades. Além disso, é sua finalidade contribuir para o desencadeamento de um processo coerente de progressão das atividades práticas e teóricas das disciplinas de modo que os objetivos do curso sejam contemplados num crescente ao longo do desenvolvimento das disciplinas.

Sem perder de vista essa visão, a metodologia consistirá em apresentar os conteúdos de forma integralizada, a partir de textos e atividades que conduzam à reflexão teórica acerca de instrumentos e meios que propiciem o desenvolvimento e a ampliação da capacidade interpretativa, bem como da apropriação desses instrumentos e meios na prática cotidiana da leitura e da compreensão das mais variadas manifestações simbólicas.

O curso se estruturará em quatro eixos: a) Eixo Gestão, composto por quatro disciplinas, quais sejam, Planejamento Estratégico, Governamental e em Controle Interno, Orçamento e Finanças Públicas, Gestão de Pessoas e Gestão de Projetos; b) Eixo Pessoas, composto por quatro disciplinas, quais sejam, Comunicação não violenta e gestão de conflitos, Liderança de equipes de alta performance, Inteligência Emocional e Ética; c) Eixo Fundamentos composto por quatro disciplinas, quais sejam, Direito Administrativo e Constitucional aplicado ao controle, Estado, Governo e Políticas Públicas, Conceitos fundamentais do controle interno contemporâneo e História do Controle Interno; d) Eixo Controladoria e Auditoria, composto por seis disciplinas, quais sejam, Gestão de Riscos, Auditoria (processo e execução), Estudos de

casos práticos de auditoria, inspeção e fraude, Transparência e controle: da Lei de acesso à informação à Lei geral de proteção de dados (ouvidoria e governo aberto), Auditoria 4.0: metodologia ágil, informatização e Compliance e Plano anual de atividades de auditoria interna (paint) e relatório anual de atividades de auditoria interna (raint).

O curso terá a duração de 435 horas, onde, cada disciplina especificada acima contará com a carga horária variada entre 15 e 30 horas juntamente com 60 horas destinadas ao TCC. As aulas acontecerão via Moodle, podendo, também, serem realizados encontros presenciais aos sábados, das 7h às 12h e das 13h às 18h. Os programas das disciplinas serão desenvolvidos por meio de aulas dialético-expositivas, seminários, palestras, minicursos, apresentação de trabalhos individuais e em grupo.

Insta salientar ainda que o curso contará com a produção de um PROJETO APLICADO como forma de Conclusão de Curso (O Projeto Aplicado representa uma modalidade de trabalho de conclusão de curso que destaca a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos ao longo da formação. Nesse contexto, os alunos se dedicam ao desenvolvimento de uma iniciativa que visa resolver um problema real ou atender a uma necessidade específica. O enfoque no projeto aplicado demanda uma abordagem mais prática, exigindo habilidades de planejamento, execução e avaliação por parte do estudante), que serão distribuídos entre as disciplinas de Metodologia Científica, Gestão de Projetos e Gestão de Risco. O TCC deverá ser apresentado para uma banca avaliadora no prazo de até 06 meses após o término da última aula do curso.

Os discentes reprovados em 50% ou mais das disciplinas teóricas estarão automaticamente desligados do curso.

***Os professores que ministrarão as disciplinas, serão escolhidos futuramente, por meio de processo seletivo, conforme estipula o item 3.1, III do Acordo de Cooperação**

5. NOMINATA COMPLETA DAS DISCIPLINAS			
5.1. DISCIPLINA			C.H.
Metodologia Científica			30h
PROFESSOR(A)	TITULAÇÃO	GRANDE ÁREA (CNPq)	LATTES
* UEG			
EMENTA			
Projeto de pesquisa: estrutura e elaboração. Artigo Científico: definição e estrutura. Tipos de artigos científicos: teórico, teórico-empírico e estudo de caso. Relação entre tipo de pesquisa e produção de artigo científico em estudos linguísticos e literários. Normas da ABNT para elaboração de artigos científicos: formatação do texto, elementos estruturais, resumo, uso de citações e referências bibliográficas.			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas – NBR 14724, Dezembro/2005 (Trabalho Acadêmico); NBR 6028, Novembro/2003 (Resumo); NBR 10520, Agosto/2002 (Citações); NBR 6023, Agosto/2002 (referências Bibliográficas).</p> <p>ANDRADE, M. M. de. Introdução à metodologia científica: elaboração de trabalhos de graduação. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.</p> <p>AZEVEDO, I. B. de. O prazer da produção científica. São Paulo: Hagnos, 2001.</p> <p>D'ONOFRIO, S. Metodologia do trabalho intelectual. São Paulo: Atlas, 1999.</p> <p>KOCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia do trabalho científico: pesquisa bibliográfica, projeto e relatório. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>MEDEIROS, J. B. Redação científica. São Paulo. Atlas, 2004.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>AZEVEDO, I. B. de. O prazer da Produção Científica; diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmico. 5 ed., Piracicaba: Unimep, 1997.</p> <p>ANTUNES, C. Manual de técnicas. 10ª ed., Petrópolis: Vozes, 1996.</p> <p>BOAVENTURA, E. Como ordenar as ideias. São Paulo: Ática, 2002.</p> <p>FEITOSA, V. C. Redação de textos técnico-científicos. 6ª ed. São Paulo: Papyrus, 1991.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos da metodologia científica. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>LITTON, G. A pesquisa bibliográfica em nível universitário. São Paulo: Megraw-Hill do Brasil, Biblioteconomia, nº 6, 1975.</p> <p>PIETRAFESA, P.; BORB, O. de F. (orgs). Do contexto ao texto: os desafios da linguagem científica. Goiânia: Kelps, 2006.</p> <p>RODRIGUES, A. de J. Metodologia Científica. São Paulo: Avercamp, 2006: il.</p>			
5.2. DISCIPLINA			C.H.
Planejamento Estratégico, Governamental e em Controle Interno			30h
PROFESSOR(A)	TITULAÇÃO	GRANDE ÁREA (CNPq)	LATTES
* CGE			
EMENTA			
<p>Conceitos e fundamentos do planejamento estratégico governamental. Análise do ambiente e formulação de estratégias. Implementação e monitoramento do plano estratégico. Governança e gestão estratégica no setor público. Estudos de casos concretos.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>KLIKSBERG, Bernardo; SEN, Amartya. Como enfrentar a injustiça social. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>GONÇALVES, E. Planejamento Estratégico Governamental. Elsevier, 2003.</p> <p>SLOMSKI, Valmor. Planejamento estratégico governamental: uma nova abordagem. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.</p>			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>CARDOSO, J. C.; Garcia, R. C. Pensamento estratégico e planejamento governamental. In: Revista Política Social e Desenvolvimento, n. 12, 2014.</p> <p>GIACOBBO, Mauro. O desafio da implementação do planejamento estratégico nas organizações públicas.</p> <p>MATUS, C. Política, Planejamento e Governo. Brasília: Editora IPEA, 1993.</p>			
5.3. DISCIPLINA			C.H.
Orçamento e Finanças Públicas			15h
PROFESSOR(A)	TITULAÇÃO	GRANDE ÁREA (CNPq)	LATTES
* CGE			
EMENTA			
<p>Conceitos e fundamentos do orçamento público. Técnicas e instrumentos de elaboração do orçamento. Ciclo orçamentário e seus principais componentes. Execução e controle orçamentário. Gestão financeira no setor público. Fontes de financiamento e gestão da dívida pública.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. Finanças Públicas: Democracia e Inovação. Editora FGV, 2004.</p> <p>GIACOMONI, James. Orçamento Público. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>RIBEIRO, M. M. F. Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil. São Paulo: Editora Atlas, 2005.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>MATIAS PEREIRA, José. "Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil", 4 ed São Paulo, Ed. Atlas, 2009.</p> <p>REZENDE DA SILVA, Fernando. "Finanças Públicas", 2 ed., São Paulo, Ed. Atlas, 2001.</p> <p>TROSA, Sylvie "Gestão pública por resultados: quando o Estado se compromete". Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: ENAP, 2001</p>			
5.4. DISCIPLINA			C.H.
Gestão de Pessoas			15h
PROFESSOR(A)	TITULAÇÃO	GRANDE ÁREA (CNPq)	LATTES
* CGE			
EMENTA			
<p>Conceitos e fundamentos da gestão de pessoas. Planejamento estratégico de recursos humanos. Recrutamento, seleção e integração de pessoal. Treinamento e desenvolvimento de pessoas. Avaliação de desempenho, remuneração e benefícios. Gestão da cultura e clima organizacional. Ética e responsabilidade social na gestão de pessoas.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>DUTRA, Joel Souza. Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>TONELLI, Maria J.; POPADIUK, Sílvio; KILIMNIK, Zélia M. (orgs.) Gestão de pessoas: desafios estratégicos das organizações contemporâneas. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>MARRAS, Jean Pierre. Administração de Recursos Humanos: do Operacional ao Estratégico. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.</p>			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>DEMO, G.; NUNES, I. Política de Gestão de Pessoas: pressupostos, definições, resultados e produção internacional recente. In: DEMO, G. (org.). Políticas de Gestão de Pessoas nas Organizações: estudo da arte, produção nacional, agenda de pesquisa, medidas e estudos relacionais. São Paulo: Atlas, p. 33-48, 2012.</p> <p>DEMO, G. et al. Escala de Percepção de Políticas de Gestão de Pessoas (EPPGP): Validação Fatorial Exploratória. In: XXXI Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP), 2011, Belo Horizonte. Anais do XXXI ENEGEP, p. 01-15, 2011.</p> <p>RUAS, R. Gestão por competências: uma contribuição à estratégia das organizações. In: RUAS, R.; ANTONELLO, C. S.; BOFF, L. H. Os novos horizontes da gestão: aprendizagem organizacional e competências. Porto Alegre: Bookman, 2005</p>			
5.5. DISCIPLINA			C.H.
Gestão de Projetos			15h
PROFESSOR(A)	TITULAÇÃO	GRANDE ÁREA (CNPq)	LATTES
* CGE			
EMENTA			
<p>Conceitos e fundamentos da gestão de projetos. Ciclo de vida do projeto. Estruturação e planejamento de projetos. Gestão de riscos e mudanças. Monitoramento e controle do projeto. Liderança e comunicação em projetos. Gestão de equipes multidisciplinares. Estudos de caso de projetos do setor público. Elaboração de Projeto Aplicado como parte do trabalho de conclusão do curso.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>VARGAS, Ricardo Viana. Gerenciamento de Projetos: Estabelecendo Diferenciais Competitivos. Rio de Janeiro: Brasport, 2002.</p> <p>PRADO, Darci. Gerenciamento de Projetos nas Organizações. INDG Tecnologia e Serviços Ltda, 2004.</p> <p>KERZNER, Harold. Gestão de Projetos: As Melhores Práticas. Bookman Editora, 2006.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
5.6. DISCIPLINA			C.H.
Comunicação não violenta e gestão de conflitos			15h
PROFESSOR(A)	TITULAÇÃO	GRANDE ÁREA (CNPq)	LATTES
* UEG			

EMENTA			
Fundamentos e conceitos da comunicação não violenta. Estilos de comunicação e suas consequências. Gestão de conflitos e negociação. Habilidades de escuta ativa e empatia. Resolução de conflitos em contextos organizacionais. Estratégias de mediação e conciliação. Ética e responsabilidade social na gestão de conflitos. Conflitos em ambientes profissionais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
KOURY, Suzy G.; FONSECA, Janette B. (orgs.) Comunicação Não-Violenta: caminhos para a mediação de conflitos. Editora Vozes, 2016.			
ROCHA, Caroline R. Manual de Comunicação Não Violenta para organizações. 2017 . Disponível em: https://bdm.unb.br/handle/10483/19734			
ROSENBERG, Marshall B. Comunicação Não Violenta – técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. 2° ed. São Paulo: Ed. Ágora, 2006.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
CHIAVENATO, Idalberto. Administração geral e pública. 3.ed. Barueri, SP: Manole, 2012.			
CURVELLO, João José Azevedo. Comunicação interna e cultura organizacional. 2 ed. rev. e atual. - Brasília: Casa das Musas, 2012.			
GIL, Antônio Carlos. Administração de recursos humanos: um enfoque profissional. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1994.			
5.7. DISCIPLINA			C.H.
Liderança de equipes de alta performance			15h
PROFESSOR(A)	TITULAÇÃO	GRANDE ÁREA (CNPq)	LATTES
* UEG			
EMENTA			
Estilos de liderança e suas características. Competências do líder de equipes de alta performance. Formação e desenvolvimento de equipes. Motivação e engajamento de colaboradores. Gestão de desempenho. Feedback e coaching. Tomada de decisão em equipe. Ética e responsabilidade social na liderança.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
COVEY, Stephen R. O 8º Hábito: da Eficácia à Grandeza. Editora Best Seller, 2005.			
FLEURY, A.; FLEURY, M. T. L. Estratégias empresariais e formação de competências: um quebra-cabeça caleidoscópico da indústria brasileira. 3. ed. São Paulo: Atlas 2004.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
LAFLEY, A. G.; CHARAN, R. O jogo da liderança. Rio de Janeiro: Campus, 2008.			
PAGÉS, M.; BONETTI, V.; GAULEJAC, V. de ; DESCENDRE, D. O poder das organizações. São Paulo: Atlas, 2008.			
ULRICH, D. et al. O código da liderança. São Paulo: Best Seller, 2009.			
5.8. DISCIPLINA			C.H.
Inteligência Emocional			15h
PROFESSOR(A)	TITULAÇÃO	GRANDE ÁREA (CNPq)	LATTES

* UEG			
EMENTA			
Fundamentos da inteligência emocional. Habilidades emocionais e sociais. Reconhecimento e regulação de emoções. Empatia e relacionamento interpessoal. Gerenciamento de estresse e resiliência. Motivação e autorregulação. Responsabilidade social na gestão emocional.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
CHAMORRO-PREMUZIC, Tomas. <i>Inteligência Social: A Nova Ciência do Sucesso</i> . Editora Alta Books, 2016.			
MIGUEL, F. K. <i>Psicologia das emoções: Uma proposta integrativa para compreender a expressão emocional</i> . Psico-USF, 2015. 20(1), 153–162. https://doi.org/10.1590/1413-82712015200114			
MAYER, J. D., CARUSO, D. R., & SALOVEY, P. The ability model of emotional intelligence: Principles and updates. <i>Emotion Review</i> , (2016). 8(4), 290–300. https://doi.org/10.1177/1754073916639667			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BEAUPORT, Elaine de; DIAZ, Aura Sofia. <i>Inteligência Emocional: As três faces da mente</i> . Editora Teosófica; Brasília, DF; 1998.			
Bíscaro, Waldir. <i>Maturidade e poder pessoal – caminhos do autodesenvolvimento</i> . E. Brasiliense; São Paulo, SP; 1994.			
ACUÑA, Beatriz e Bobadilla, Gonzalo. The Emotional Leadership of Managers Applied to University Teaching Role. 2nd International Conference on Education Reform and Modern Management (ERMM 2015); p. 128-130.			
5.9. DISCIPLINA			C.H.
ÉTICA			15h
PROFESSOR(A)	TITULAÇÃO	GRANDE ÁREA (CNPq)	LATTES

* CGE			
EMENTA			
<p>Estudo dos princípios e valores éticos fundamentais para a conduta profissional no setor público. Análise da legislação brasileira relacionada à ética no serviço público, incluindo a Lei de Improbidade Administrativa, o Código de Conduta Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e as diretrizes estabelecidas pela Comissão de Ética Pública. Reflexão sobre dilemas éticos enfrentados por servidores públicos na execução de suas funções. Abordagem da importância da ética na promoção de uma gestão pública transparente, responsável e voltada para o interesse público. Estudos de casos que ilustram as consequências da conduta ética e não ética na administração pública.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. Direito Administrativo. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2020. VASCONCELOS, F. C. Ética e Cultura Organizacional: O Impacto da Ética na Administração Pública. São Paulo: Makron Books, 2004. SOUZA, M. C. A. Ética e Gestão: Responsabilidade Social nas Organizações. Rio de Janeiro: FGV, 2014. TORRES, A. C. O. Ética na Administração Pública: Desafios e Perspectivas Brasileiras. Brasília: ENAP, 2016. ZILLER, H; FREITAS, D.; MELO, T. Aprendizado em valores: a construção da cultura ética dos servidores públicos do Estado de Goiás. Revista Parlamento e Sociedade, São Paulo, v.9, n.16, pag. 79-94, jan-jun. 2021.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>PASSOS, E. Ética nas organizações. São Paulo: Atlas, 2004. SOUZA, Herbert de; RODRIGUES, Carla. Ética e Cidadania. São Paulo: Moderna, 2002. VALLS, Álvaro L.M. O que é ética. 7. ed. Brasiliense, 1993</p>			
5.10. DISCIPLINA			C.H.
Direito Administrativo e Constitucional aplicado ao controle			15h
PROFESSOR(A)	TITULAÇÃO	GRANDE ÁREA (CNPq)	LATTES
* UEG			
EMENTA			
<p>Teoria do Direito Constitucional. Poder Constituinte: originário, derivado e decorrente. Norma Constitucional: eficácia, aplicabilidade, hermenêutica e interpretação. Estudo dos aspectos estruturais e organizacionais do Estado. Federação. União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Competências e sua distribuição. Intervenção Federal e Estadual. Separação dos Poderes. Poder Legislativo. Imunidades Parlamentares. Processo Legislativo. Poder Executivo. Regime jurídico administrativo. Estado, governo e administração pública. Poderes e funções do estado. Estrutura administrativa brasileira. Agentes, serviços e bens públicos. Atos administrativos. Contratos administrativos e licitação. Controle da administração pública. Processo administrativo.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>ARAGÃO, Alexandre Santos de. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, Forense, 2014. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores, 2017. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.</p>			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>BLIACHERIENE, Ana Carla. Controle da Eficiência do Gasto Orçamentário. Belo Horizonte: Fórum, 2016.</p> <p>PEREZ, Marcos Augusto. A Administração Pública Democrática, 1ª reimpressão, Belo Horizonte, Fórum, 2009.</p> <p>MARQUES NETO, Floriano de Azevedo; LOUREIRO, Caio de Souza. O Regime de Controle e Fiscalização das Parcerias Público-Privadas - O Papel do Projeto Executivo. Revista de Direito Público da Economia, v. 42, p. 81-107, 2013.</p>			
5.11. DISCIPLINA			C.H.
Estado, Governo e Políticas Públicas			15H
PROFESSOR(A)	TITULAÇÃO	GRANDE ÁREA (CNPq)	LATTES
* CGE			
EMENTA			
<p>Conceitos de políticas públicas. Abordagens teóricas do estudo das políticas públicas. Dimensões de análise das políticas públicas: tipos de políticas públicas, atores de políticas públicas, fases do processo de elaboração de políticas públicas (formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação, extinção), instituições, estilos de política pública.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>ARRETCHE, Marta Teresa da Silva Tendências no estudo sobre avaliação, in Rico, Elizabeth Melo (Org.) Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>BÖRZEL, Tanja A. What's so special about policy networks? An exploration of the concept and its usefulness in studying European governance. European integration online papers. vol. 1, n. 16, 1997, pp. 01-28</p> <p>SOUZA, Celina. Coordenação de políticas públicas. Brasília, Enap, 2018.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>ARRETCHE, Marta TS. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB), v. 39, p. 3-40, 1995.</p> <p>FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A Política da avaliação de políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2005.</p> <p>SOUZA, CELINA. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Revista Sociologias. Porto Alegre. Ano 8. No. 16, julho/dezembro 2006. P.20-45.</p>			
5.12. DISCIPLINA			C.H.
Conceitos fundamentais do controle interno contemporâneo			30h
PROFESSOR(A)	TITULAÇÃO	GRANDE ÁREA (CNPq)	LATTES
* CGE			
EMENTA			
<p>História; definição; missão de auditoria interna e do controle interno - conceitos e classificações de auditoria; o controle e a Teoria da Agência - relação de accountability no setor público versus setor privado; normas para auditoria interna - Código de Ética e os princípios fundamentais para a prática profissional; estudos sobre independência, objetividade, proficiência e zelo profissional; autoridade e responsabilidades da atividade de auditoria interna - avaliação, assessoramento e integridade; a auditoria interna e controle interno no sistema de governança.</p>			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>FERRAZ, Leonardo Araújo; LOBO, Luciana Mendes; MIRANDA, Rodrigo Fontenelle de A. - Coordenadores. Controle Interno Contemporâneo. Editora Fórum, Belo Horizonte, 2021.</p> <p>Declarações de Posicionamento do IIA Brasil - https://iiabrasil.org.br/ippf/declaracoes-de-posicionamento</p> <p>ZILLER, Henrique Moraes; BORGES, Mara.; CRISPIM, Luís Henrique.;CASTRO, A. Gestão de Riscos na Prática: conceitos, desafios e resultados no Estado de Goiás. Fórum, 2023.</p> <p>MACRAE, Elizabeth et al. Internal Audit Capability Model (IA-CM) for the Public Sector, 2017.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>BLIACHERINE, Ana Carla; AZEVEDO, Marcus Vinícius Braga de; RIBEIRO, Renato Jorge Brown. Controladoria no Setor Público. Editora Fórum, Belo Horizonte, 2016.</p> <p>FREITAS, Juarez. O controle dos atos administrativos e os princípios fundamentais. São Paulo: Malheiros, 2008.</p> <p>PAINT 2022, Plano Anual de Auditoria Interna CGU. Disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/68041/5/PAINT_2022.pdf. Acesso em: 02.out.2023.</p>			
5.13. DISCIPLINA			C.H.
História do Controle Interno			15h
PROFESSOR(A)	TITULAÇÃO	GRANDE ÁREA (CNPq)	LATTES
* CGE			
EMENTA			
<p>A disciplina "História do Controle Interno" dentro da Pós-Graduação Lato Sensu em Controle Interno Público tem como objetivo fornecer uma visão abrangente da evolução do controle interno, desde suas origens nas antigas civilizações até as práticas contemporâneas. O curso explora as transformações nas práticas e teorias do controle interno ao longo da história, enfocando o impacto das mudanças sociopolíticas e tecnológicas.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>SOARES, F. O controle interno na administração pública. São Paulo: Atlas, 2016.</p> <p>SILVA, L. M. e SILVA, A. F. A evolução do controle interno: uma análise histórica. Revista de Contabilidade e Organizações, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 4-15, 2014.</p> <p>JUNQUEIRA, L. O. A trajetória do controle interno na administração pública brasileira: Da origem aos dias atuais. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1335-1354, 2009.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2005.</p> <p>LOUREIRO, M. R. Trajetórias da reforma gerencial da administração pública no Brasil: um balanço contemporâneo. Organizações & Sociedade, Salvador, v. 20, n. 66, p. 679-699, 2013.</p> <p>SIQUEIRA, Frederico Rodrigues de. Evolução do sistema governamental de controle. Brasília: UnB, 1999</p>			
5.14. DISCIPLINA			C.H.
Gestão de Riscos			15h
PROFESSORA(A)	TITULAÇÃO	GRANDE ÁREA (CNPq)	LATTES

* CGE			
EMENTA			
<p>Compreender a definição, os eixos e a estrutura do Programa de Compliance Público (PCP) no Estado de Goiás instituído pelo Decreto nº 9.406/2019, D.O. 19/02/2019. Compreender os princípios, a estrutura e o processo de gestão de riscos no Estado de Goiás fundamentada na ABNT NBR ISO 31000:2018. Compreender os papéis dos membros das instâncias de gestão de riscos dentro das entidades do poder executivo estadual. Conhecer os resultados já alcançados pela Gestão de Riscos no Estado de Goiás. Elaboração de Projeto Aplicado como parte do trabalho de conclusão do curso.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>SILVA, José Pereira da. Análise de Risco nas Organizações. Editora Atlas, 2010. MIRANDA, Rodrigo F. A. Implementando a Gestão de Riscos no Setor Público. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2017. ZILLER, Henrique Moraes; BORGES, Mara.; CRISPIM, Luís Henrique.; CASTRO, A. Gestão de Riscos na Prática: conceitos, desafios e resultados no Estado de Goiás. Fórum, 2023</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>GUERRA, Evandro Martins. Os controles externos e internos da administração pública. 2.ed. revista e ampliada. Belo Horizonte: Fórum, 2005. INTOSAI GOV 9100. Guidelines for Internal Controls Standards for the Public Sector. 2004. Disponível em: <http://www.intosai.org/en/issai-executive-summaries/intosai-guidance-for-good-governance-intosai-gov.html >. Acesso em: 01. out. 2023. BRITO, Claudenir; FONTENELLE, Rodrigo. Auditoria privada e governamental: Teoria de forma objetiva e mais de 500 questões comentadas. 3. ed. Niterói: Impetus, 2016.</p>			
5.15. DISCIPLINA			C.H.
Auditoria (processo e execução)			15h
PROFESSOR(A)	TITULAÇÃO	GRANDE ÁREA (CNPq)	LATTES
* CGE			
EMENTA			
<p>Conceitos básicos de auditoria; formas de atuação do auditor - avaliação, consultoria e apuração; fases e atividades desenvolvidas no processo de auditoria; planejamento anual da unidade de auditoria; planejamento individual dos trabalhos de auditoria; estudo de casos práticos. Execução da auditoria: entrevista em auditoria; modos de condução de uma entrevista; fases de uma entrevista; report.; interação com o entrevistado; preparação e logística; como ouvir melhor; registro e pós entrevista; evidências e achados; execução do plano de trabalho da auditoria; coleta de dados; atributos e natureza das evidências; avaliação das evidências; desenvolvimento dos achados; requisitos do achado de auditoria; matriz de achado; documentação em auditoria; estruturação da documentação em auditoria; qualidade da documentação; armazenamento e acesso aos documentos; relatório de auditoria; formas e estrutura; requisitos de qualidade; como elaborar recomendações efetivas; qualidade das recomendações; encaminhamento das recomendações; estratégias de divulgação dos resultados.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>ATTIE, William. Auditoria: Conceitos e Aplicações. Editora Atlas, 2011. PETER, Maria da G. A; MACHADO, Marcus Vinícius V. Manual de auditoria governamental. São Paulo: Atlas, 2009. SILVA, Moacir Marques da. Curso de auditoria governamental – de acordo com as normas internacionais de auditoria pública aprovadas pela INTOSAI. 2.ed.São Paulo: Atlas, 2012.</p>			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>BRASIL. Tribunal de Contas da União. Governança Pública: Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública e Ações Indutoras de Melhoria. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014.</p> <p>COSO. Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. Gerenciamento de Riscos Corporativos – Sumário Executivo, Estrutura e Gerenciamento de Riscos na Empresa – Integrated Framework: Application Techniques, 2004. Versão em português disponível em: <http://www.coso.org/documents/COSO_ERM_ExecutiveSummary_Portuguese.pdf>. Acesso em: 01.out.2023.</p> <p>IIA, The Institute of Internal Auditor. Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna. São Paulo, 2012. Versão em português disponível em: < http://www.iiabrasil.org.br/new/2013/downs/IPPF/standards2013_portuguese.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2014.</p>			
5.16. DISCIPLINA			C.H.
Estudos de casos práticos de auditoria, inspeção e fraude			30h
PROFESSOR(A)	TITULAÇÃO	GRANDE ÁREA (CNPq)	LATTES
* CGE			
EMENTA			
<p>Estudos de Casos Práticos de Auditoria e Controle na Administração Pública. Estudos de casos concretos. Conceito de licitação e fraudes; diferença entre fraude e erro; condições para ocorrência da fraude e meios de comprovação da fraude em licitação; principais tipologias de fraude; formas de ocorrência de “projeto mágico”; principais entendimentos da jurisprudência dos tribunais sobre o tema; definição de edital restritivo; principais cláusulas restritivas apontadas pela doutrina e jurisprudência dos tribunais; exemplos reais de situação caracterizadora de fraude; conceito de publicidade e sua efetiva aplicação nos processos licitatórios; situações que caracterizam publicidade precária; exemplos e casos reais de restrição da competição; conceituação da fase externa da licitação, contemplando atos de habilitação, julgamento, homologação e adjudicação; apresentação das principais fraudes identificadas na etapa de julgamento da licitação; definição de cartel e exemplos de indícios que sinalizam para a sua existência em uma licitação; definição de contratação direta e formas de ocorrência da fraude; penalização a entes privados na prática da fraude; entendimentos jurisprudenciais sobre o tema; principais técnicas utilizadas para detectar fraudes em licitação; roteiro a ser adotado para evidenciação da fraude; cuidados necessários para manter as evidências válidas na comprovação das fraudes; modelos para elaborar um achado de auditoria.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>COOPER, Barry Jay; SCHINDLER, Pamela S. Métodos de pesquisa em administração. 12ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.</p> <p>JUND, Sérgio. Auditoria: Conceitos, normas, técnicas e procedimentos. 2.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2002.</p> <p>SILVA PINTO, José Paulo da. Controlo Interno: Algumas Achegas. Revista de Contabilidade e Finanças. II Série, n.33, janeiro/março, 2004.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>ATTIE, William. Auditoria: Conceitos e Aplicações. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.</p> <p>CASSARRO, Antonio C. Controles Internos e Segurança de Sistemas: Prevenindo fraudes e tornando auditáveis os sistemas. 1. ed. São Paulo: LTR, 1997.</p> <p>WALTERS, D.; DUNN, J. Student’s Manual of Auditing. 6.ed. Thomson Learning: 2010.</p>			
5.17. DISCIPLINA			C.H.
Transparência e controle: da lei de acesso à informação à lei geral de proteção de dados			15h
PROFESSOR(A)	TITULAÇÃO	GRANDE ÁREA (CNPq)	LATTES

* UEG			
EMENTA			
Breve histórico da implementação da Lei de Acesso à Informação no Brasil. Estudos dos Artigos da LAI e LGPD: Conceitos, Papéis, Aplicações, Proibições, Exceções, Sanções e Legislação Complementar. Segurança da Informação e Comunicação: A contribuição da LGPD para a reflexão sobre gestão de riscos em bases de dados. O uso compartilhado de bases de dados no setor privado e na administração pública. Convergências entre tratamento de dados pessoais e transparência: Harmonizando privacidade e interesse público. Precedentes de acesso à informação relacionados a dados pessoais. Abordagem de casos práticos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
TASSO, Fernando Antonio. Do tratamento de dados pessoais pelo Poder Público. In. LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados comentada. MALDONADO, Viviane Nóbrega; BLUM, Renato Opice (coords.). São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. p. 245. FERRAZ, Deise Lucy Oliveira; ZAVERUCHA, Jorge. Lei de Acesso à Informação e Democracia. Editora Focruz, 2015. MALDONADO. Viviane Nóbrega; BLUM, Renato Opice. LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais comentada. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BIONI, Bruno; et al (coords.). Tratado de Proteção de Dados Pessoais. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. FRAZÃO, Ana; TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena Donato (coord.). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e suas repercursões no direito brasileiro. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. GAROFANO, Rafael R. Limitação de finalidade no tratamento de dados pessoais pelo poder público: controle de legalidade da reutilização para fins de interesse público. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2022, Cap. 3. p. 140.			
5.18. DISCIPLINA			C.H.
Auditoria 4.0: metodologia ágil, informatização e Compliance			30h
PROFESSOR(A)	TITULAÇÃO	GRANDE ÁREA (CNPq)	LATTES
* CGE			
EMENTA			
A auditoria ágil: características e estudos de casos e implementação teórica e prática na utilização de ferramentas de mineração e análise de dados. Compliance versus conformidade no setor público; atividades de controle; controles internos orientados a riscos; panorama normativo do tema; instâncias e funcionalidades de controles internos; avaliação e autoavaliação de controles internos; adequação e suficiência; framework COSO; normas ISO/IEC 31000 e 31010; internalização e integração entre modelos de controles internos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ATTIE, William. Auditoria Interna: Para um Sistema de Compliance Efetivo. Editora Atlas, 2018. BUENO, Ricardo Luiz Pereira; DE BRELÀZ, Gabriela; SALINAS, Natasha Schmitt Caccia. Administração pública brasileira no século 21: seis grandes desafios. Revista do Serviço Público, v. 67, p. 7-28, 2016. MEIRA, Mariana Filipa Pinto. O impacto da Inteligência Artificial na Auditoria. 2019. 69f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controle de Gestão) – Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Porto, 2019. Disponível em: < https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/124519/2/368850.pdf >. Acesso em: 14 set. 2023.			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRUCIO, F. L. O impacto do modelo gerencial na Administração Pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Brasília, DF: Fundação Escola Nacional de Administração Pública-ENAP, 1997. Disponível em: [https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/556/1/O impacto do modelo gerencial na Administração Pública.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/556/1/O%20impacto%20do%20modelo%20gerencial%20na%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%BAblica.pdf). Acessado em: 30 set. 2023

COSTA, Frederico Lustosa da. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. Revista de Administração Pública, v. 42, n. 5, p. 829-874, 2008.

GELATTI, Alice Reichembach; DE SOUZA, Rebeca Lírio; DA SILVA, Rosane Leal. Poder Público, TIC e E-GOV: uma análise acerca do uso das novas tecnologias na administração pública. In: Congresso Internacional De Direito e Contemporaneidade, 3º., Congresso Iberoamericano de Investigadores e docentes de direito e Informática. 2015.

5.19. DISCIPLINA			C.H.
Plano anual de atividades de auditoria interna (paint) e relatório anual de atividades de auditoria interna (raint)			30h
PROFESSOR(A)	TITULAÇÃO	GRANDE ÁREA (CNPq)	LATTES
* CGE			

EMENTA

Desenvolvimento e avaliação do PAINT e RAIINT: identificação dos riscos institucionais para inserção no PAINT; planejamento, coleta de informações, elaboração de matriz de risco, elaboração de relatórios e feedback.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, DOMINGOS POUBEL DE. Auditoria e Controle Interno na Administração Pública: Evolução do Controle Interno no Brasil: do código de contabilidade de 1922. São Paulo: Atlas, 2008.

PETER, M. G. A.; MACHADO, M. V. Manual de Auditoria Governamental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SANTOS, Clóvis L. dos. Auditoria Interna: eficácia na governança corporativa. Editora Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Inaldo as Paixão Santos. Introdução à Auditoria. Salvador: Egba, 1998

MELLO, Agostinho de Oliveira. Auditoria Interna. São Paulo: Atlas, 2005.

SILVA, Moacir Marques da. Curso de Auditoria Governamental: de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria Pública aprovadas pela INTOSAI. São Paulo: Atlas, 2009.

6. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – PROJETO APLICADO		
DESCRIÇÃO		
Produção do Trabalho de conclusão de curso no formato de um Projeto Aplicado, sob a orientação de um professor do curso.		
CARGA HORÁRIA	ORIENTADORES	Nº ALUNOS / TCC
60h	TODO O CORPO DOCENTE	INDIVIDUAL

7. CRONOGRAMA
Fevereiro/2024
10
07h-12h – Planejamento Estratégico, Governamental e em Controle Interno
13h-18h – Planejamento Estratégico, Governamental e em Controle Interno

23

07h-12h – Metodologia Científica

13h-18h – Metodologia Científica

24

07h-12h – Metodologia Científica

13h-18h – Metodologia Científica

Março/2024

02

07h-12h – Orçamento e Finanças Públicas

13h-18h – Orçamento e Finanças Públicas

09

07h-12h – Gestão de Pessoas

13h-18h – Gestão de Pessoas

23

07h-12h – Gestão de Projetos

13h-18h – Gestão de Projetos

Abril/2024

06

07h-12h – Comunicação não violenta e gestão de conflitos

13h-18h – Comunicação não violenta e gestão de conflitos

20

07h-12h – Liderança de equipes de alta performance

13h-18h – Liderança de equipes de alta performance

Mairo/2024

04

07h-12h – Inteligência Emocional

13h-18h – Inteligência Emocional

18

07h-12h – Ética

13h-18h – Ética

Junho/2024**01**

07h-12h – Direito Administrativo e Constitucional aplicado ao controle

13h-18h – Direito Administrativo e Constitucional aplicado ao controle

15

07h-12h – Estado, Governo e Políticas Públicas

13h-18h – Estado, Governo e Políticas Públicas

Julho/2024**06**

07h-12h – Conceitos fundamentais do controle interno contemporâneo

13h-18h – Conceitos fundamentais do controle interno contemporâneo

20

07h-12h – História do Controle Interno

13h-18h – História do Controle Interno

Agosto/2024**03**

07h-12h – Gestão de Riscos

13h-18h – Gestão de Riscos

17

07h-12h – Auditoria (processo e execução)

13h-18h – Auditoria (processo e execução)

Setembro/2024**14**

07h-12h – Estudos de casos práticos de auditoria, inspeção e fraude

13h-18h – Estudos de casos práticos de auditoria, inspeção e fraude

28

07h-12h – Transparência e controle: da Lei de acesso à informação à Lei geral de proteção de dados (ouvidoria e governo aberto)

13h-18h – Transparência e controle: da Lei de acesso à informação à Lei geral de proteção de dados (ouvidoria e governo aberto)

Outubro/2024**19**

07h-12h – Auditoria 4.0: metodologia ágil, informatização e Compliance

13h-18h – Auditoria 4.0: metodologia ágil, informatização e Compliance

Novembro**09**

07h-12h – Plano anual de atividades de auditoria interna (paint) e relatório anual de atividades de auditoria interna (raint)

13h-18h – Plano anual de atividades de auditoria interna (paint) e relatório anual de atividades de auditoria interna (raint).

23

07h-12h – Metodologia Científica

13h-18h – Metodologia Científica,

23/11/2024 a 23/05/2025 – Defesa do TCC

Anápolis, 20 de setembro de 2023.

Direção do Instituto Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas

Coordenador do Curso